



# REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

DOI: <http://doi.org/10.20873/EXTECNO>

## **CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DA UNITINS**

EXTENSION CURRICULARIZATION IN THE HIGHER TECHNOLOGY COURSE IN  
PUBLIC MANAGEMENT AT UNITINS

EXTENSIÓN CURRICULARIZACIÓN EN EL CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGÍA  
EN GESTIÓN PÚBLICA DE UNITINS

**Marcos Irondes Coelho<sup>1</sup>**  
**Lílian Natália Ferreira de Lima<sup>2</sup>**

Recebido 01/06/2024	Aprovado 06/08/2024	Publicado 30/08/2024
------------------------	------------------------	-------------------------

**RESUMO:** A curricularização da extensão em curso de graduação é uma questão que nos ocupamos e refletimos em nossa prática pedagógica e acadêmica de pesquisa nos últimos anos. Este trabalho é um relato de experiência com projetos integradores extensionistas, no curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), em 4 polos do Projeto To Graduado. Os resultados demonstraram que as atividades fortaleceram os laços sociais, estimularam a atuação cidadã dos estudantes e proporcionaram aprendizado prático; bem como, possibilitou mais preparados para enfrentar desafios e promover mudanças em suas futuras carreiras como gestores públicos; para a comunidade, trouxeram capacitação, reflexões sobre temas importantes e melhorias na gestão pública local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Curricularização da extensão. Tecnologia em gestão pública. Projeto integrador extensionista.

**ABSTRACT:** The curricularization of extension courses in undergraduate courses is an issue that we have addressed and reflected on in our pedagogical and academic

<sup>1</sup> Doutorando em educação na Amazônia e mestre em educação pela UFT, Professor da Educação Básica da SEDUC/TO e Professor do Curso de Pedagogia da UFT, vice-líder do Grupo de Pesquisa Gepce/minorias CNPq/UFT. Bolsista do Programa To Graduado da Unitins. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3428-9714>, e-mail: [marcosirondes@seduc.to.gov.br](mailto:marcosirondes@seduc.to.gov.br)

<sup>2</sup> Doutora em Biologia de agentes infecciosos e parasitários pela UFPA, Professora Efetiva da UNITINS, líder do grupo de pesquisa Doenças Infecciosas e Negligenciadas DIN/UNITINS. Bolsista do Programa To Graduado da Unitins. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0931-3105> e-mail: [lilian.nf@unitins.br](mailto:lilian.nf@unitins.br)



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

research practice in recent years. This work is an experience report with integrative extension projects, in the higher education course in Technology in Public Management, at the State University of Tocantins (Unitins), in 4 centers of the To Graduado Project. The results demonstrated that the activities strengthened social ties, stimulated students' civic activity and provided practical learning; as well as making them more prepared to face challenges and promote changes in their future careers as public managers; to the community, they brought training, reflections on important topics and improvements in local public management.

**KEYWORDS:** Extension curriculum. Technology in public management. Integrative extension project.

**RESUMEN:** La curricularización de los cursos de extensión en las carreras de pregrado es un tema que hemos abordado y reflexionado en nuestra práctica pedagógica y académica de investigación en los últimos años. Este trabajo es un relato de experiencia con proyectos de extensión integradora, en el curso de educación superior en Tecnología en Gestión Pública, de la Universidad Estadual de Tocantins (Unitins), en 4 centros del Proyecto A Graduado. Los resultados demostraron que las actividades fortalecieron los vínculos sociales, estimularon la actividad cívica de los estudiantes y proporcionaron aprendizaje práctico; así como prepararlos más para enfrentar desafíos y promover cambios en sus futuras carreras como directivos públicos; a la comunidad, llevaron capacitaciones, reflexiones sobre temas importantes y mejoras en la gestión pública local.

**PALABRAS CLAVE:** Extensión curricular. Tecnología en la gestión pública. Proyecto de extensión integradora.

## INTRODUÇÃO

Ao iniciar este relato de experiência acerca do trabalho com projetos integradores extensionistas, no curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), importa esclarecer que a curricularização da extensão em curso de formação inicial é uma questão a qual nos ocupamos e refletimos, em nossa prática pedagógica e acadêmica de pesquisa.

Este relato de experiência, portanto, resulta das ações extensionistas desenvolvidas, enquanto professores do curso, com os acadêmicos, na disciplina



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

Projeto Integrador Extensionaista, em 4 polos do Projeto To Graduado<sup>3</sup>, nos municípios de Araguaçu/TO, Colmeia/TO, Miranorte/TO e Natividade/TO. A linha de extensão é a gestão pública, uma vez que foco das ações extensionaistas relaciona-se à formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos.

## **A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO**

Neste relato de experiência, consideramos oportuno contextualizar historicamente que o reconhecimento, na legislação, das atividades extensionistas, data da luta pela redemocratização e reconstrução das instituições políticas e sociais do final dos anos de 1980. É a partir desse momento que a “Extensão Universitária passou a ser percebida como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa e se relaciona com os novos movimentos sociais” (Forproex, 2012, p. 14).

A extensão universitária tem como finalidade, estabelecida na LDB/1996, de “[...] promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (Brasil, 1996, p. art. 46, inciso VII).

O Plano Nacional de Educação (PBE) 2001-2010, estabelece como meta a implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) federais, nos primeiros quatro anos de execução do plano, bem como, assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos

---

<sup>3</sup> O Projeto de Interiorização Universitária Tecnológica (TO Graduado) tem o objetivo de expandir a oferta de cursos superiores no Tocantins e ser um importante instrumento de superação das desigualdades no nosso estado. Implantado em 2022, os cursos do TO Graduado são institucionalizados e centralizados no Câmpus Palmas e descentralizados em Unidades Educacionais Tecnológicas distribuídas em 14 municípios do Estado: Araguaçu, Arapoema, Campos Lindos, Caseara, Colinas do Tocantins, Colmeia, Guaraí, Itacajá, Miranorte, Natividade, Paranã, Ponte Alta do Tocantins, Sítio Novo e Xambioá (Texto institucional disponível em: <https://www.unitins.br/nPortal/to-graduado>, acesso em 15 jun. 2024).



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

exigidos para a graduação no ensino superior no País fosse reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas (Brasil, 2001).

A extensão está regulamentada na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), que é instituição a qual se vincula a experiência que relamos neste texto, por meio da Instrução Normativa n. 001, de 24 de fevereiro de 2023, que estabelece que

as atividades acadêmicas de extensão na forma de componentes curriculares para os cursos de graduação da Universidade Estadual do Tocantins, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Político Institucional (PPI) da Unitins, e de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios (Unitins, 2023).

A curricularização é uma discussão prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024 (Brasil, 2014), está regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução n. 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Dessa forma, são regulamentadas as “[...] atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes” (CNE, 2018, art. 2º). A Resolução expressa que tais atividades devem estar previstas nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) da Instituição, considerando o perfil do egresso, proposto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

Na educação superior a curricularização é uma discussão que perpassa pelo debate sobre o “[...] preceito constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Forproex, 2012, p. 37), expresso na Política Nacional de Extensão Universitária.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

Rocha e Coelho (2021, p. 3), compreendem, assim como nós, que

Curricularizar é tornar um conteúdo curricular, é creditar, atribuir carga horária e créditos, é tornar uma atividade numa proposta formativo pedagógica. Significa inserir nos currículos, atividades formativas que cumpram vários objetivos a partir da inserção do aluno em contextos do cotidiano social, mesmo que se considere que toda ação acadêmica é pedagógica e passível de valoração e avaliação, e que todo currículo é abrangente, dinâmico e existencial, é “curriculum vitae”.

Diante disso, assim como os autores, temos a clareza de que a curricularização se refere àquelas situações que são vivenciadas dentro e fora da IES, com objetivos formativos. No nosso caso, no curso superior em Tecnologia em Gestão Pública, sob a orientação da IES, a curricularização é realizada, na disciplina de Projeto Integrador Extensionaísta.

## **O PROJETO INTEGRADOR EXTENSIONISTA NO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA NA UNITINS**

Compreendemos que os cursos superiores de formação de tecnólogos têm sua estrutura curricular distinta dos currículos dos demais cursos superiores. Isso está posto no texto do Parecer do CNE nº 436/2001, do conselheiro relator Carlos Alberto Serpa de Oliveira, que escreveu: “os cursos Superiores de Tecnologia são cursos de graduação com características especiais, bem distintas dos tradicionais e cujo acesso se fará por processo seletivo, a juízo das instituições que os ministrem” (Brasil, 2001, p. 11).

Nesse sentido, os profissionais formados nos cursos superiores em tecnologia devem estar aptos a desenvolver, nas palavras do mencionado relator, de “forma plena e inovadora” atividades específicas das suas áreas profissionais, como: “a) aplicação, desenvolvimento, pesquisa aplicada e inovação tecnológica e a difusão de tecnologias; b) gestão de processos de produção de bens e serviços; e c) o



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

desenvolvimento da capacidade empreendedora” (Brasil, 2001, p. 9). Trata-se, portanto, de formações especializadas em determinadas áreas profissionais, em que os estudantes desenvolvem suas competências e habilidades em sintonia com o “mundo do trabalho”.

O artigo de Marin *et al* (2018, p. 92-93), contribuiu conosco para a compreensão que os currículos dos cursos superiores tecnológicos por suas características,

apresentaram nos últimos anos grande possibilidade de adequação à nova realidade do ensino superior. Ofertados num tempo mais objetivo, os cursos de tecnologia vêm proporcionando a formação acadêmica, com baixo custo e elevada aderência às demandas das empresas, permitindo que essa modalidade de graduação tenha elevada procura e crescimento por parte dos discentes.

Certamente essas características fazem com que o curso superior em gestão pública da Unitins, tenha elevada procura e crescimento por parte dos estudantes, atualmente são mais 1.400 estudantes matriculados. Além disso, o posicionamento desses autores coaduna com a LDB/1996, que estabelece que a educação superior tem por finalidade “[...] formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação continuada” (Brasil, 1996, art. 43, inciso II).

Estivemos sempre alinhados ao Projeto Pedagógico de Curso (PPC) Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Untins, que entende a extensão “como uma dimensão socio acadêmica que se efetiva por meio do diálogo contextualizado, construtivo e transformador da IES com seu território de inserção” (Unitins, 2019, p. 30), que são as empresas de todos os portes, entidades governamentais, movimentos e organizações sociais, públicos vulneráveis etc.

No curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a curricularização da extensão é integralizada nos Projetos Integradores I, II, III e IV, que perfazem um





ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

total de 240 horas. A Unitins propõe a integração do percentual de 10% na matriz curricular em programas, projetos e outras ações extensionistas (Unitins, 2019).

O Projeto Integrador é um componente curricular, ou seja, uma disciplina que compõe a matriz curricular do seu curso, tendo sua carga horária dividida em atividades teóricas e de extensão, para serem integralizadas em diferentes módulos de disciplinas (Coelho, 2023).

O Projeto Integrador faz parte da organização didático-pedagógica descrita no PPC, mais especificamente, na parte da metodologia de ensino-aprendizagem, é compreendida como uma proposta para que os estudantes aprendam ensinando ou fazendo parte de uma situação-problema, sobre o qual estudam, configurando-se como um modelo de ensino mais inovador (Coelho, 2023).

Na nossa experiência docente de ministrar a disciplina de Projeto Integrador Extencionista, utilizamos métodos mais participativos, como as metodologias ativas de ensino-aprendizagem, que são estratégias pedagógicas que substituem, paulatinamente, os métodos clássicos, para que o estudante tenha a oportunidade de assumir o próprio processo de aprendizagem. Uma vez que nas metodologias ativas, o estudante é protagonista, participante do processo, não fica apenas ouvindo as explicações do professor.

Está expresso no PPC do curso, que

O Projeto Integrador (PI) é uma estratégia pedagógica de caráter interdisciplinar, constituída de etapas e fases, um eixo articulador do currículo (disciplina ou tema) no sentido de integração curricular e mobilização, realização e aplicação de conhecimentos que contribuam com a formação de uma visão do todo no decorrer do percurso formativo do educando. Por esse enfoque, a utilização do Projeto Integrador sinaliza para a construção de competências pelo acadêmico a partir da realização conjunta do trabalho em equipe, da pesquisa sistematizada, do envolvimento do corpo docente, da adoção de escrita normatizada e de estratégias de apresentação oral de trabalhos interdisciplinares nos semestres letivos que compõem o curso (Unitins, 2019, p. 89).



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

Na elaboração e execução dos Projetos Integradores Extensionistas, tivemos sempre uma preocupação com as seguintes características: 1) interação com a comunidade externa; 2) trabalhar a interdisciplinaridade; 3) construir o projeto a partir de um tema, um problema e uma situação-problema; 4) desenvolver o projeto por meio do trabalho em equipe; 5) apresentar e/ou publicizar os resultados do projeto.

Neste contexto compreendemos que

O Projeto Integrador será uma atividade que integrará os conteúdos das disciplinas dos semestres letivos anteriormente vivenciados, bem como a integração dos acadêmicos com a sociedade (unindo ensino, pesquisa e extensão). Será estruturado a partir de atividades que integram os conteúdos com vistas ao desenvolvimento da interdisciplinaridade e ao raciocínio crítico e reflexivo dos acadêmicos, por meio da utilização de questões problemas relativos aos conteúdos ministrados (Unitins, 2019, p. 89).

No desenvolvimento do currículo, trabalhamos o Projeto Integrado como uma prática pedagógica de interdisciplinaridade e de problematização, capaz de articular o indissociável tripé da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste sentido, Bernardes e Peixoto (2020, p. 6) corroboram com nosso entendimento de que o Projeto Integrador, uma vez que para ser concebido e organizado, precisa considerar

A articulação entre os conhecimentos, a indissociabilidade entre teoria e prática, o desenvolvimento da postura pesquisadora e aplicação dos saberes construídos durante o curso que podem ocorrer a partir de situações problematizadoras das áreas específicas, [...], capacitando o educando a gerir a própria aprendizagem de forma autônoma, proativa, construtiva, criativa, ética, com responsabilidade socioambiental e respeito aos direitos humanos.

Esses autores escrevem, ainda, que o “[...] conhecimento deve ser apreendido na sua totalidade” e que as atividades práticas - o saber fazer - não deve se sobrepôr aos saberes conceituais e vice-versa, e ainda, que não há





ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

hierarquização das partes, o que se busca é a valorização da “[...] totalidade do conhecimento considerando tanto a ação prática do saber fazer, quanto a reflexão subjetiva sobre dada realidade e/ou problema, refletindo e buscando formas de intervenções” (Bernardes; Peixoto, 2020, p. 13).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Durante o semestre letivo, a disciplina Projeto Integrador Extensionista II foi ministrada por nós em quatro polos do projeto To Graduado, da Unitins, sendo eles: Araguaçu/TO, Colmeia/TO, Miranorte/TO e Natividade/TO. Essa disciplina é de caráter obrigatório para os estudantes do curso de Gestão Pública, oferecido na modalidade de Ensino a Distância (EAD).

As ações extensionistas envolveram nos quatro polos do Projeto To Graduado, objetos deste trabalho, 82 discentes, 23 docentes e 564 pessoas da comunidade externa. Desenvolvemos diversas ações que visavam integrar teoria e prática e que promoveram o engajamento dos alunos com a comunidade, dentre as quais destacaram-se palestras e rodas de conversa, que proporcionaram momentos de troca de conhecimento e reflexão sobre temas relevantes para a gestão pública e para os cidadãos.

A relação teoria-prática, no contexto do processo ensino-aprendizagem, precisa ser indissociável. Diante disso, nossa compreensão foi a de que o Projeto Integrador Extensionista, configurou-se como uma importante estratégia, na medida em que integrou o que foi aprendido nas diversas disciplinas do curso, com as vivências práticas e profissionais dos nossos estudantes.

O contexto de avanço tecnológico em que se inserem os cursos superiores de formação de tecnólogos, tem exigido que as IES reflitam sobre suas estratégias metodológicas de ensino e sobre sua infraestrutura, especialmente aquelas que



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

trabalham com a educação mediada por tecnologia, que na grande maioria não oferecem equipamentos tecnológicos e acesso à banda larga de qualidade, por exemplo.

Na condução a disciplina de Projeto Integrar Extensionista, buscamos a utilização de diferentes metodologias, pois a experiência tem demonstrado que quanto mais diversas as estratégias metodológicas na sala de aula, mais positivos serão os resultados da aprendizagem, se comparadas às práticas tradicionais, como as aulas somente expositivas. Para nós ficou claro que a construção de um projeto integrador está alicerçada em uma prática pedagógica de “aprendizagem ativa e significativa”, que privilegia a interação teoria-prática.

É importante ressaltar que as ações desenvolvidas no âmbito da disciplina estavam alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Em particular, as atividades contribuíram para o alcance dos objetivos 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

No desenvolvimento das ações extensionistas, por meio dos projetos integradores, um ponto que merece destaque é o trabalho em equipe. Nesse contexto, Hardingham (2000, p. 10) nos lembra que “as equipes de fato bem-sucedidas assim são devido a grandes esforços e à estrutura. Contudo, no trabalho, com frequência, esperamos que grupos de pessoas se tornem equipes por si sós, de forma instantânea e sem ajuda”. Entendemos o trabalho dos grupos como um espaço em que eles aprendem na interação, mas nós professores e pelos tutores do curso nos mantivemos atentos promovendo a “ajuda necessária”, na elaboração e desenvolvimento dos projetos integradores extensionistas.

Aprendemos com Torres, Alcântara e Irala (2004, p. 142), que no desenvolvimento das atividades em grupo “[...] é preciso gerenciar conflitos sociocognitivos, propor alternativas, rever conceitos, discutir posições, repartir



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

cargas cognitivas, reelaborar ideias, repartir autorias, negociar e muitas vezes exercer um processo de auto e mútua-regulação”.

Na execução das ações de extensão apontaram como maior desafios a elaboração do projeto e a construção do material didático que foi utilizado nas palestras e rodas de conversa. Destaca-se, também, na execução da ação extensionista a participação de órgãos públicos municipais e estaduais, que apoiaram vários grupos de estudantes.

Os resultados das avaliações, aplicadas ao término das atividades, demonstraram que as ações extencionistas foram importantes e de interesse das comunidades locais.

Com relação à apresentação do relatório de pesquisa ou Relatório Final do Projeto Integrador Extensionista, optou-se pela técnica do seminário, que, além de ser uma técnica didática muito própria dos cursos universitários, tem como principal objetivo “levar todos os participantes a uma reflexão aprofundada de determinado problema, a partir de textos e em equipe” (SEVERINO, 2007, p. 89).

Assim como Nassif, Ghobril e Bido (2007), também nós percebemos a existência uma certa resistência dos alunos à realização do Seminário que acontece porque, geralmente, os estudantes não concebem seus colegas como agentes de conhecimento, atribuindo essa autoridade somente ao professor, ou avaliador dos trabalhos. Em face disso, escrevem esses autores:

O Seminário, método mais comumente utilizado para investigação sobre temas diversificados, com participação efetiva de todos os interessados, alunos e professores, apresenta, contudo, dificuldade em sua aplicação, uma vez que exige independência intelectual e maturidade de alunos para preparação adequada aos temas propostos, bem como comunicação eficaz do conteúdo estudado. (Nassif; Ghobril; Bido, 2007, p. 13).

Tomando por base essas reflexões, os autores nos sinalizam para a necessidade de aprimoramento da técnica, de modo a incorporar recursos que



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

possibilitem superar essas dificuldades e promover mais envolvimento de todos os estudantes. Isso nós sinaliza a questão do “protagonismo estudantil” na extensão, que em nosso entendimento pode contribuir para modificar nos estudantes àquela visão de que os colegas não são agentes de conhecimento.

O envolvimento dos estudantes e de nós professores em projetos como esse demonstra o compromisso da universidade com a formação integral dos estudantes e com a promoção do desenvolvimento sustentável em nível local e global. A interação entre academia e comunidade fortalece os laços sociais e estimula a atuação cidadã dos futuros gestores públicos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apreendemos que o desenvolvimento de um projeto integrador extensionista está alicerçado em uma prática pedagógica de aprendizagem ativa e significativa, que privilegia a interação teoria-prática. E ainda, que a postura mediadora dos professores é importante, pois ela expressa a relação professor-estudante, em que o professor orienta o processo de construção de conhecimentos dos estudantes e eles se assumem como sujeitos autônomos e corresponsáveis pelo seu aprendizado.

Por fim, compreendemos que a integração da disciplina Projeto Integrador Extensionista II, no curso de Gestão Pública da Unitins, alinhou teoria e prática, promovendo a interação dos alunos com a comunidade e contribuindo para os ODS: 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades; 4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos; 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; e 17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

As atividades fortaleceram os laços sociais, estimularam a atuação cidadã dos estudantes e proporcionaram aprendizado prático.

Para a comunidade, trouxeram capacitação, reflexões sobre temas importantes e melhorias na gestão pública local.

Os alunos demonstram, agora, mais preparados para enfrentar desafios e promover mudanças em suas futuras carreiras como gestores públicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, V. A.; PEIXOTO, E. M.. **Guia de orientações**: projeto integrador no curso técnico em informática integrado ao ensino médio do Ifes [recurso eletrônico] 1. ed. Vitória: Ifes, 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em 15 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.172 , de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o plano nacional de educação e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>, Acesso em 15 jun. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CES n. 436, 2 de abril de 2001**. Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm), Acesso em 15 jun. 2024.

CNE. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, 2018. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECESN72018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf). Acesso em 15 jun. 2024.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

COELHO, M. I. **Projeto integrador** (livro eletrônico). Palmas, TO: Unitins, 2023.

FORPROEX. Fórum de pró-reitores das instituições públicas de educação superior brasileiras. **Política nacional de extensão universitária**. Manaus. 2012. Disponível em:

<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

HARDINGHAM, A. **Trabalho em equipe**. Tradução Pedro Marcelo Sá de Oliveira e Giorgio Cappelli. São Paulo: Nobel, 2000.

MARIN, A. C.; *et al.* O currículo para os cursos superiores tecnológicos: inovações em competências formativas. In: Revista Humanidades e Inovação, v.5, n. 9, p. 91-107, 2018. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/964>. Acesso em: 10 mar. 2024.

NASSIF, V. M. J.; GHOBRI, A. N.; BIDO, D. S. É possível integrar a teoria à prática no contexto de sala de aula? Uma resposta através do método seminário revisado através da pesquisa-ação em um curso de Administração. In: **Revista de Ciências da Administração**. v. 9, n. 18, p. 11-34, mai./ago. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Suporte/Downloads/DialnetEPossivelIntegrarATeoriaAPraticaNoContextoDeSala118De-4006107.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ROCHA, D.; COELHO, M. I. Currículos e curricularização da formação docente contemporânea nos mestrados em educação da UFPA, UEPA, UFT na Amazônia brasileira. In: **Revista Exitus**, v. 11, n. 1, p. 1-23, 2021. DOI: 10.24065/2237-9460.2015v1n1ID1552. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1552>.

Acesso em: 30 jun. 2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

TORRES, P. L.; ALCÂNTARA, P. R.; IRALA, E. A. F. Grupos de consenso: uma proposta de aprendizagem colaborativa para o processo de ensino-aprendizagem. In: **Revista Diálogo Educacional**, v. 4, n.13, p.129-145, set./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/7052/6932> Acesso em: 10 mar. 2024.





# REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

UNITINS. **Projeto pedagógico do curso superior de tecnologia em gestão pública.** Universidade Estadual do Tocantins. Palmas, 2019. Disponível em: <https://www.unitins.br/nPortal/to-graduado>. Acesso em: 15 jun. 2024.

UNITINS. Conselho Universitário. **Instrução Normativa n. 001, de 24 de fevereiro de 2023.** Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Tocantins. Disponível em: <https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/638325492782061313.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2024.